



Ministério da Educação

## ATA DE REUNIÃO

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA (GT-PNAES).** Aos oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, aconteceu a segunda reunião ordinária do **GRUPO DE TRABALHO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)**, realizada na plataforma virtual *Teams*. Estiveram presentes, como membros do Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria nº 244, de 14 de abril de 2025: Fábio da Silva Paiva, Representante da Secretaria-Executiva (SE/GAB/MEC); Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador-Geral (SESU/GAB/MEC); Sandro Augusto Silva Ferreira, representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Lucas Piaia Petrocino, Representante da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), Aline Pereira Leal (SESu/DIFES); Fernanda Rodrigues Targino, Representante da Secretaria-Executiva (SE/GAB/MEC); Marisa de Santana da Costa, Representante da Secretaria de Educação Básica (SEB/DIEB/MEC); Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Marcelo Acácio da Silva, Representante da União Nacional dos Estudantes (UNE); Veruska Ribeiro Machado, representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); Alexandre Marafon Favero, Representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Mariana Chagas Lima – Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Natália, CONIF e é da rede federal de educação profissional tecnológica e coordenadora do Fórum; Lúcia Pellanda, Coordenadora-Geral (SESu/GAB/MEC); Roselma; Amanda Machado dos Santos, Assessora de Gabinete da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC); André Viti Garavaglia Marianno, Secretária de Educação Básica/SEB/MEC; Borba David Coimbra, Coordenador-Geral do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Cleber Santos Vieira, Representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI); Elayne Messias Passos, Assessoria de Participação Social e Diversidade do Gabinete do Ministro da Educação (ASPADI/MEC); Hugo do C. Silva, Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Priscila Lelis Cagni, Representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Fabrício Carmo Cabral, Diretor de Programa da Secretaria- Executiva; Janice Araujo Silva Almeida – Equipe Técnica (SESu/DIPPES); Luana Adriana Araújo, Representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão/SECADI/MEC; Tobias Pereira Soares Filho – Técnico em Assuntos Educacionais (SE/SGA/MEC); Vanessa Stopanovski Ribeiro – Representante da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES/MEC) e Caroline Vales dos Reis, Equipe Técnica (SESu/DIPPES). O sr. Fábio apresentou-se como representante da Secretaria Executiva e abriu os trabalhos do GT agradecendo a participação de todos e explicou a dinâmica da reunião, incluindo a apresentação e aprovação do plano de trabalho. Em seguida informou terem sido feitos ajustes para contemplarem todas as discussões necessárias; na oportunidade citou o momento de entrega dos diagnósticos e a definição das entidades que serão convidadas. Explicou que a Portaria nº 244, que institui o GT, define que quem decide e quem pode participar das reuniões é o próprio GT. Em seguida, passou à palavra ao sr. Artur, que sugeriu a inclusão da aprovação da ata da reunião anterior na pauta e enviou a ata pelo “chat” para aprovação. O sr. Fábio apresentou o documento “Plano de Trabalho – GT”, tendo sido previamente disponibilizado aos participantes. Em seguida, destacou a importância da instituição do GT e informou tratar-se de um GT consultivo, formado para criar subsídios que possam orientar a construção do decreto da assistência estudantil. Citou que parte do documento já era do conhecimento geral e destacou o cronograma, o qual percorreu fazendo breve citação à reunião de abertura em 23 de junho. Informou que nesta 2ª reunião haveria a **aprovação de trabalho do GT e a definição das entidades convidadas**, e a partir da 3ª reunião seria verificado o

modelo proposto, pois em cada reunião seria discutido um tema específico. Posteriormente, fez uma breve exposição dos destaques constantes no cronograma quanto aos temas da próxima reunião, que contará com entidades e equipes que discorrerão sobre os programas listados. Ressaltou que as reuniões já estão programadas e possuem periodicidade quinzenal, mas que poderá haver reuniões extraordinárias em caso de necessidade, conforme consta na Portaria, dada a amplitude dos temas. Discorreu todas as datas, estas constantes no Plano de Trabalho anexo à documentação referente à presente reunião, quais sejam: 22/07 (3ª reunião, sobre acesso e permanência); 5/08 (4ª reunião, alimentação, moradia e transporte); 19/08 (5ª reunião, acessibilidade e saúde); 2/09 (6ª reunião, cultura e esporte); 16/09 (7ª reunião, monitoramento) e a 8ª reunião, de encerramento, podendo haver um novo encontro presencial, como ocorrido na 1ª reunião do GT. Informou que após o encerramento, seguirão novas etapas, tais como a produção do relatório — que será submetido a todos os membros, sendo que somente membros do GT participariam da construção, não cabendo às entidades convidadas, cuja participação se limitam às reuniões e aos debates. Informou que ao ser produzido, o relatório subsidia a consulta pública. Ressaltou a importância da divisão do Plano de Trabalho para se tratar dos grandes temas, em uma ideia que esses temas se correlacionam, não necessitando tratar-se das políticas específicas, visto que os temas perpassam às diferentes políticas. Em seguida, deu início às inscrições das entidades por meio do “Teams”, estabelecendo, juntamente com o sr. Artur, a fala em torno de três minutos para cada orador. O sr. Sandro parabenizou a nova proposta do plano com foco nos programas, pois permite uma produção mais aprofundada e qualificada, dado que o maior desafio da Lei é a regulamentação do funcionamento de cada programa. Além disso, parabenizou a inclusão do tema de cultura e esporte, visto não estar previsto na Lei, mas já apontado pelo FONAPRACE como uma das ausências mais sentidas, em manifestações ao longo do processo, sendo considerado um ganho significativo. A sra. Marisa falou sobre a discussão de acesso e permanência com programas já previstos na Lei, mas disse sentir falta da inclusão do Pé de Meia, já que este envolve estudantes dos cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio. Evidenciou que em algum momento deverá discutir-se esse tema, dado o valor, a dinâmica, e as características de coletas de dados, gerando a necessidade de uma compatibilização com o programa. O sr. Fábio acatou a sugestão da professora em incluir o programa Pé de Meia nos debates sobre acesso e permanência. O sr. Carlos concordou com a professora Marisa quanto ao programa Pé de Meia, e complementou sua fala informando sentir falta do SISU, o principal programa de acesso à educação superior, visto que este apresenta virtudes e falhas que seriam importantes serem trazidas à discussão. Também mencionou sentir falta dos programas da CAPES, que visam a permanência — o PBID, a Residência Pedagógica e o Pé de Meia licenciatura. Por fim, questionou se o debate visa apenas às instituições públicas, pois, senão, também deveriam ser incluídos o FIES e o PROUNI. A sra. Veruska elogiou a alteração ocorrida no plano de trabalho, disse que a organização por eixos facilita o avanço do debate e destacou a forma como os programas foram organizados, que reflete a estrutura das universidades, dos institutos federais, das instituições da rede federal — como CEFET e Colégio Pedro II — os quais possuem estrutura diferenciada, tendo de compreender as especificidades das instituições que possuam idiosincrasias específicas, e justificou a permanência de uma suplente do colégio Pedro II a fim de suprir tais necessidades. A palavra foi repassada à sra. Natália, que elogiou a formulação e organização de reuniões por programas e áreas temáticas e destacou ter sentido falta da discussão do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e do PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar). Argumentou que a rede federal faz uma assistência estudantil diferente das universidades, como a discussão de alimentação, que está dentro do PNAE e muito pouco dentro da discussão do PAIS (Programa de Aquisição de Alimentos), que são programas que debatem a alimentação, mas que possuem características distintas, devendo adicionar a discussão do PNAE no acesso e permanência, visto ser um programa não citado na Lei, mas que hoje é executado na rede federal. Em seguida, passou-se a palavra ao sr. Fabrício, que destacou que ao deliberar novas discussões, o foco estivesse centrado na Lei do PNAES e demais políticas indicadas, tendo em vista que o objetivo do GT é a regulamentação desta Lei específica. Argumentou, ainda, que outras políticas de assistência estudantil não abarcadas pela Lei nº 14.914 poderão ser discutidas em outros fóruns, não impedindo que se apresentem, ao final, sugestões de demais políticas e que o prazo para essas contribuições é até 30 de setembro, de acordo com o que consta no Plano de Trabalho. A palavra foi retomada pelo sr. Fábio, que informou não haver mais inscrições e passou a condução da reunião ao sr. Artur. O sr. Artur reforçou a necessidade de se dedicarem, nesse momento, aos onze

programas expressos na Lei para regulamentação. E justificou seu posicionamento em vista do curto prazo e da complexidade destes. Em referência ao posicionamento da professora Natália, sobre o transporte, citou, como forma alternativa, o Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (PATE), e que os outros programas, que eventualmente existam e que possam se correlacionar com os já previstos na Lei, já tivessem a redação de resoluções e a redação de operacionalização do sistema para serem apresentadas em reunião posterior. Disse que na reunião do dia 22 haveria muito pouco tempo para serem discutidos os cinco programas: PAE, PBP, Benefício, Promisões e Propepe e que se fossem discutidos outros programas, além destes, não haveria tempo, sendo que as contribuições deverão ser encerradas até o dia 30 de setembro para finalizar o trabalho neste semestre, contando-se, ainda, com o prazo de envio à Casa Civil para trabalhar o Decreto e a regulamentação. Em seguida, o sr. Artur fez uma breve apresentação da professora Lúcia que, ao lado do professor Marcus David, compõem a equipe da SESu, e que em breve ela estará como diretora da equipe. A sra. Lúcia fez uma breve apresentação, citando sua experiência de 8 anos na reitoria da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA), sua participação na Andifes, e reforçou a necessidade de que se viesse com propostas por escrito devido à quantidade de temas a serem discutidos, sugestão de redação de regulamentação e sugeriu que as entidades pudessem orientar nisso. Sugeriu que na próxima reunião, quando será discutido o Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe), o GT existente sobre este tema devesse estar em composição à mesa, já que este GT, instituído em 2024, teria muito a contribuir, pois está em fase de finalização do relatório e que naquele GT houve diversas sugestões de regulamentação da Lei. Em seguida a palavra foi repassada novamente ao Sr. Sandro, que reforçou não arbitrar sobre programas que não estejam na Lei, mas que cabe menção aos programas nos textos da regulamentação para os programas constantes na Lei, de forma que as referências apresentadas pela professora Natália irão ser apontadas durante a discussão do programa de alimentação e de transporte. Assim, deverá atentar para se fazer referência a esses programas, considerando que a própria Lei já faça referência a alguns programas e alguns possam não terem sido mencionados, de forma que se faça essa inclusão no texto da regulamentação, valendo-se da mesma relação ao Pé de Meia, que tem ligação ao benefício. Disse que também serão discutidas questões de pós-graduação que tenham alcance à CAPES. No entanto, ressaltou que tudo que está fora dos programas não devam ser incluídos como pauta, mas podem ser citados se tiverem relevância com a pauta do dia. A sra. Roselma demonstrou preocupação com o volume de assuntos existentes no dia 22/07 e questionou a estratégia indicada devido à quantidade e à complexidade dos programas a serem discutidos em poucas horas. E corroborou com a ideia levantada pela sra. Lúcia, que sugeriu o máximo possível de redação de propostas para que haja mais efetividade. O sr. Fábio informou que o segundo ponto de pauta, sobre os diagnósticos, já poderia envolver a estratégia para essa construção, e pontuou sobre as reuniões extraordinárias para se discutir justamente sobre assuntos passíveis de complemento após esgotadas as pautas previstas. Além disso, o sr. Fábio questionou se já poderia haver a aprovação do Plano de Trabalho a fim de passar-se à discussão dos diagnósticos. O sr. Sandro sugeriu uma alteração em vista que na próxima reunião seriam discutidos muitos programas e fez uma consideração no “chat” propondo a transferência do tema do Propepe para outra data a fim de concentrar-se no PAE (muito complexo), no PBP (que já possui razoável base normativa) e no PROMISAES (que já possui algum amadurecimento elaborado na CGAI). Além disso, propôs que quando se for debater o Propepe convidaria o GT citado pela reitora Lúcia, sugerindo a realocação à 5ª reunião, em 19/08, visto haver somente dois programas a serem discutidos. Em complemento à fala do sr. Sandro, o sr. Fabrício argumentou que quando foi feito o novo cronograma, tentou-se fazer reuniões temáticas e que o Propepe já estaria em “acesso e permanência” e que essa alteração mudaria a própria dinâmica da construção das reuniões, explicou que não haveria impedimento, mas que mudaria a estratégia de alinhamento das reuniões. Assim, sugeriu manter-se o tema Propepe na 3ª reunião e se, porventura não conseguissem avançar em todos os temas dispostos, deliberariam uma reunião extraordinária ou levariam o tema a uma outra data, mas sem ter que alterar o Plano de Trabalho. O sr. Fábio questionou se todos estariam de acordo e repassou à condução da reunião ao sr. Artur para que os demais pontos de pauta fossem discutidos. O sr. Artur compartilhou em tela o formulário “forms” denominado “GT Regulamentação da Lei PNAES” que sistematiza a contribuição de todos com base no Plano de Trabalho, apresentando a estrutura delimitada por seções com a devida identificação e com os onze programas da Lei. À medida em que um programa é selecionado, abre-se uma subseção, sendo que para cada programa haverá: estrutura de normatização,

estrutura orçamentária e estrutura de monitoramento. Informou que no “forms”, além destes três eixos essenciais para cada programa, ao final, haverá ainda espaço para compartilhamento de “links” com estudos, relatórios e outros documentos relevantes, cujo prazo para preenchimento e envio é dia 30 de setembro. Em seguida, o sr. Artur solicitou a disponibilização do “forms” no “chat” para que pudesse ser apreciado até a próxima reunião (22/07) e que, então, já haveria elementos para que fosse novamente debatido. O sr. Fabrício questionou se o entendimento correto seria de que o formulário seria aberto a todos para que fosse checado se os campos estariam convergindo e posteriormente é que seriam reabertos para preenchimento de forma definitiva. Em resposta, o sr. Artur ratificou o entendimento e informou que a validação do formulário ficaria para a próxima reunião. O sr. Fabrício sugeriu que o formulário pudesse ficar disponível para edição e que se indicasse que o presente formulário estaria em fase de teste, cujo cabeçalho atenderia a seguinte nomenclatura: “Teste de formulário. Em processo de validação.” Explicou que pessoas ausentes nesta reunião, ao ter acesso a este formulário, já pudessem ter ciência de se tratar de um formulário de teste e que não seria para preenchimento definitivo. Em seguida, o sr. Fábio disse que essa estrutura de organização permite fazer programa a programa, no caso das reuniões, e que a sugestão seria de que realmente houvesse algo escrito e organizado para facilitar o debate dos programas nas próximas reuniões e que seriam seguidas as estruturas metodológicas propostas pelo sr. Artur, pois ajudaria na condução da reunião. O sr. Fabrício fez complementação orientando que pessoas que estivessem compartilhando sala que dispusessem seus nomes na lista de participantes. O sr. Fábio informou a pauta seguinte: **definição das entidades**, e em seguida passou a palavra ao sr. Carlos, que sugeriu a inclusão do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), em vista de lidar com os estudantes no ensino médio e mencionou que na rede pública no Brasil, 90% dela é de responsabilidade dos estados, e com isso teria uma boa contribuição para este debate. O sr. Artur informou o interesse da Associação Brasileira das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), da professora Cecília. Alertou que na Lei do PNAES existe uma previsão de que também seja contemplada a assistência estudantil nas universidades estaduais e municipais e que a ABRUEM e o fórum de reitores têm interesse em participar e contribuir com os debates, informando que essa entidade tem acolhimento por parte da SESu e da secretaria executiva. Além disso, o sr. Artur informou que chegaram sugestões da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas (UPEI), uma indicação do Cléber, da SECADI; e a Coordenação Nacional de Entidades Quilombolas (CONAQ) para inseri-los nas temáticas que contribuem, especificamente do bolsa permanência, que são grupos organizados em torno dessa pauta. O sr. Fabrício fez uma consideração na fala do sr. Carlos sobre o Consed, e informou que este conselho é mais direcionado à educação superior profissional científica em cursos federais, destoando, portanto, dos programas já contidos na Lei nº 14.914. O sr. Fábio esclareceu que a decisão sobre as entidades que serão convidadas ainda está em debate e entende que a demanda, especialmente da ABRUEM, pede a inclusão como membro do GT, podendo ser deliberado, mas entende como um caso específico, visto estar ligado à temática de instituições municipais de ensino superior. Em seguida sugere, pelos nomes elencados, que se possa convidar uma pessoa específica sobre o ensino técnico, dentro do Consed, sendo esta convidada para uma reunião específica, de deliberações distintas. Argumentou, ainda, que a UPEI e a CONAQ sejam convidadas a participarem de reuniões como entidades convidadas para um momento específico. Desta forma, seriam duas deliberações: uma que seria o acolhimento da ABRUEM para ser parte do GT; e outra, como é o caso da UPEI, da CONAQ e do Consed, para verificar-se em quais reuniões estas seriam chamadas. Disse não haver problema se essas pessoas quiserem se inscrever para falarem de entidades que possam participar e posteriormente a SESu e a secretaria executiva alinharem este assunto, identificando onde estas entidades se encaixariam melhor, desde que o GT aprovasse, sem desconsiderar o pouco tempo para deliberação dos assuntos já relacionados na pauta. Em seguida a sra. Amanda reforçou o pedido da sra. Natália em ser convidada como representante do Fórum de Assuntos Estudantis (FAE) do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e sugeriu a Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET) para serem convidados também, argumentando ser importante que o GT consulte a SECADI para verificar quais entidades irão debater a inclusão. O sr. Sandro sugeriu que a discussão dos convidados para o tema de cada programa fosse deliberada na reunião de véspera. E nas recomendações de participação geral, reiterou a importância da presença da FPE pois necessita garantir a presença de segmentos importantes no processo, de forma que o público ao qual a política se destina, o estudante de graduação de pós-graduação ou do ensino técnico e dos órgãos responsáveis pela execução da política

na ponta, que são as pró-reitorias, que no caso das universidades são representadas pelo FONAPRACE e no caso dos IFES, pelo FPE. Desta forma, garantindo essas presenças, tem-se uma participação daqueles que estão muito ligados à execução da Política como um todo e não por programas. Em seguida a palavra foi repassada à sra. Elayne, que falou sobre a representação da UBES (que já consta na Portaria), por meio da participação da Mariana Chagas Lima e que esta já poderia fazer representação dentro da sociedade civil, ajudando a construir as competências sobre outra perspectiva, visto já estar ensejada dentro do documento, e assim não expandir-se ainda mais um GT que tem curto prazo e muitas opiniões. O sr. Fábio argumentou que a Lei fala sobre o ensino técnico e tecnológico, mas somente da rede federal, assim o Consede não poderia ser contemplado no debate. Disse que com o CONIF e a UBES já estaria contemplada a educação básica do ensino médio. Após o esclarecimento, questionou ao sr. Sandro a indicação do FPE, ao que o sr. Sandro confirmou esta indicação de forma permanente para contribuição, mas sem alteração da Portaria. Assim, o sr. Fábio consultou o sr. Artur para deliberarem a entrada da ABRUEM, além da representação formal do FPE. Além disso, propôs a apreciação de encaminhamento do sr. Sandro de que em cada reunião fosse apreciado o próximo convidado relacionado ao tema. Também ressaltou que em vista de se ter pouco tempo para muitos assuntos, que não fossem convidadas muitas entidades. A sra. Veruska esclareceu que o FPE é um fórum dentro do CONIF e que a sugestão trazida pelo sr. Sandro é de uma participação permanente da professora Natália, conforme já havia sugerido, pois tudo o que for trazido em termos de política é essencial que envolva especificidades da rede federal e que o fórum não pode surgir como uma representação diferenciada. Esclareceu que a professora Natália seja uma convidada permanente, dada a necessidade de se fazer a discussão dessa regulamentação de forma ampla com o desenho da rede federal, dada a sua especificidade. Em seguida, o sr. Cleber reiterou seu entendimento, trazido na 1ª reunião do GT, de que quando o presidente Lula, ao subir na rampa ao lado do cacique Raoni, de negros, de PcD e de pessoas pobres, não se tratava apenas de uma imagem simbólica, mas de uma informação que demonstrou com quem e para quem iria governar. Citou o compromisso político que se tem em função dessas pautas, em se pensar o que é inclusão e diversidade — de indígenas, de quilombolas e de pessoas negras. E que essa questão é cláusula pétrea para a SECADI. Ressaltou, ainda, que aqueles que estão historicamente excluídos do processo educacional, da básica à pós-graduação, não devem ser meros ouvintes, mas ativos no processo político. Citou ainda a Convenção nº 169 da OIT (sobre Povos Indígenas e Tribais) que diz que todas as políticas que dizem respeito às pessoas com deficiência, indígenas e quilombolas, precisam ouvi-las e que, caso não seja feito o atendimento a essas pessoas, serão questionados sobre essa negligência, sendo um compromisso moral colocá-los ao lado do GT na questão das políticas públicas. Em seguida, a sra. Mariana defendeu que a UBES já representa os estudantes de escolas técnicas. Informou sobre a eleição, apontando que todos participam da construção do seu congresso e possuem espaço na construção dos fóruns. Disse que há 76 anos a UBES é formada por um conjunto ideológico diverso, com processo democrático e de votações internas para imprimir o que o estudante passa no dia a dia, argumentando, portanto, que a UBES já representa os estudantes de ensino médio, de ensino técnico, de ensino pré-vestibular e do EJA, além do fundamental 1 e 2. Disse que por essa gama de estudantes estarem sendo representadas pelo projeto político, construído coletivamente como entidade, existe a prestação dessa entidade que acaba sendo um pouco limitada na sua representação e na sua construção ideológica, não havendo a necessidade de outra representação. O sr. Artur esclareceu ter sugerido que a UPEI e a CONAQ participassem como convidadas e não como membro permanente no GT e questionou se o sr. Cleber consideraria ser necessário que essas entidades integrassem o GT como forma permanente. O sr. Cleber ressaltou que o PBP é o foco do ponto de vista da assistência estudantil principal, mas que se sabe que existem indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência que usufruem de outras forma de assistência e que não se pode delimitar o espaço desse público com o bolsa permanência. O sr. Artur ratificou o entendimento de que para os quatro programas: UPEI, CONAQ, FPE e ABRUEM seria necessária uma nova portaria para trazê-los como grupo permanente como proposta de encaminhamento. O sr. Fábio ressaltou que o FPE é um fórum dentro do CONIF, de forma que não poderia entrar na Portaria como membro integrante. E evidenciou que a demanda da sra. Veruska é que seja aprovado no GT que o FPE seja convidado para todas as reuniões. Informou que se teria de ver a mesma questão com relação trazida a respeito do FENET. A sra. Amanda esclareceu que trazer a representação da FENET não seria para atuar como membro do GT, mas como convidado e para pauta que achassem importante sua participação. Disse ainda que a ideia é que a UBES participe de todo o

processo e não de uma reunião ou outra, mas que a FENET traria subsídios e elementos do que é estudar em um instituto federal em um curso integrado. Em seguida, o sr. Fábio citou as entidades ABRUEM, UPEI e CONAQ para apreciação do GT como membros permanentes. FPE, FENET e o GT PROPEPE viriam somente como convidados, com a diferença de que o FPE já permaneceria como convidado em todas as reuniões; já o GT PROPEPE e a FENET seriam convidados para as reuniões às quais eles se vinculariam. Após citar as entidades, questionou se haveria alguém contrário a essas indicações, para que então pudesse haver aprovação ou alteração do indicativo. A sra. Mariana informou que deixaria escrito no indicativo que a participação da FENET iria se restringir aos momentos em que ela fosse convidada oficialmente pelo GT. O sr. Fábio especificou que o GT iria chamá-los para determinadas reuniões às quais o tema esteja vinculado ao ensino técnico, pois de acordo com a fala da sra. Amanda, já há a representação do COINF e da própria UBES para os temas gerais, e para os temas mais específicos da educação técnica, é que a FENET seria chamada. O sr. Fábio questionou se todos estariam de acordo. A sra. Mariana informou que a UBES também representa os estudantes de escolas técnicas e que no último Encontro Nacional de Escolas Técnicas (ENET), cuja realização foi feita pela UBES, houve mais de 5 mil estudantes, mais de 500 grêmios de institutos federais, de 207 estados do Brasil, de forma que hoje dentro dessa gestão há estudantes de instituto federal, inclusive ela, que é matriculada no Instituto Federal de Minas Gerais, campus de Governador Valadares. Disse que dentro de sua entidade esse segmento está complementado, inclusive no dia a dia das salas de aulas, então não entende a necessidade de haver uma entidade paralela. O sr. Fábio pontuou o entendimento de que a UBES não esteja favorável à inclusão da FENET e a sra. Amanda informou tratar-se de uma questão interna deles, devendo ser dialogada entre eles, e sugeriu que a sra. Mariana possa trazer novamente o tema na próxima reunião, pois a FENET deseja participar. Deste modo, o sr. Fábio informou que caso a FENET seja convidada, será chamada para uma reunião específica. Em seguida, o sr. Fábio questionou se todos estariam de acordo, ratificando a aprovação das entidades: ABRUEM, da UPEI e da CONQ como membros do GT e que a partir do próximo encontro eles já estarão convocados à participação na reunião do GT. Disse que os demais mencionados seriam chamados para as reuniões específicas, sendo que nas reuniões seguintes seriam chamados outros para reuniões específicas. Ressaltou que apenas não se voltaria ao debate de membros permanentes dentro do GT em vista de toda uma burocracia, tal qual alteração de portaria, além da compreensão de que os membros que este GT apreciou, juntamente com os novos integrantes, já contribuiriam com o debate. Em seguida, o sr. Artur sugeriu que na próxima reunião, em que irão discutir o PROPEPE, seja trazido um representante da sociedade civil do GT do PROPEPE já existente no MEC. O sr. Fábio lembrou aos participantes sobre o formulário e que este deva ser avaliado até a próxima reunião, mas não preenchido como coleta de dados, e que, caso houvesse sugestões, estas já poderiam ser encaminhadas ao e-mail [@mec.gov.br" href="mailto:cgred@mec.gov.br" target="\\_blank">cgred@mec.gov.br](mailto:cgred@mec.gov.br). Citou ainda o documento aprovado hoje, o cronograma das reuniões com os temas a serem discutidos, além de se incluir as entidades já aprovadas como convidadas. O sr. Artur finalizou a reunião informando que a ata havia sido enviada pelo “chat” e pelo e-mail e sugeriu que na próxima reunião se aprovassem as duas atas — a de instalação e a presente —, e orientou, ainda, que se o nome de alguém eventualmente não estiver inserido na ata, que poderia responder por e-mail e fazer contato que a equipe iria complementar. O sr. Fábio informou já haver algumas sugestões no “chat” para composição da ata a fim de que sejam incorporadas. Em seguida, o sr. Fábio agradeceu a participação de todos e todas, colocando-se à disposição na secretaria executiva e informou que logo será enviada a convocatória para a próxima reunião, tendo sido encerada em seguida com a saudação de todos.

---

Aline Pereira Leal - DIFES/SESU

---

Amanda Machado dos Santos Duarte – SETEC/MEC

---

Veruska Ribeiro Machado - CONIF

---

Lucas Piaia Petrocino - ANPG

---

Sandro Augusto Silva Ferreira - ANDIFES

---

André Viti Garavaglia Marianno - CGARB/DIEB/SEB

---

Borba David Coimbra - FNDE

---

Camila Porto Fasolo - DMAPE/SEGAPE/MEC

---

Cleber Santos Vieira - GAB/SECADI

---

Elayne Messias Passos - ASPADI/ MEC

---

Fábio da Silva Paiva – SE/GAB/MEC

---

Fabrcio Carmo Cabral – SE/GAB/MEC

---

Fernanda Rodrigues Targino – SE/GAB/MEC

---

Mariana Chagas Lima - Diretora - UBES

---

Luiz Claudio Lima Costa - SE/GAB/DP3

---

Marisa de Santana da Costa - SEB/DIEB/MEC

---

Tobias Pereira Soares Filho - SE/SGA/MEC

---

Vanessa Stopanovski Ribeiro – SERES/MEC

---

Carlos Eduardo Moreno Sampaio - INEP

---

Artur Antnio dos Santos Araujo - SESU/GAB/MEC

---

Alexandre Marafon Favero - CAPES

---

Lúcia Campos Pellanda - SESU/GAB/MEC

---

Caroline Vales dos Reis - SESU/DIPES/MEC

---

Marcelo Acácio da Silva - UNE

---

Priscila Lelis Cagni - CAPES

---

Luana Adriana Araújo - SECADI/MEC

---

Hugo do C. Silva - UBES



Documento assinado eletronicamente por **Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador(a)-Geral**, em 29/07/2025, às 19:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Pereira Leal, Coordenador(a)-Geral**, em 31/07/2025, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Adilson Santana de Carvalho, Secretário(a), Substituto(a)**, em 31/07/2025, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio da Silva Paiva, Gerente de Projeto**, em 04/11/2025, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6020844** e o código CRC **59D5605C**.

Referência: Processo nº 23000.042297/2024-61

SEI nº 6020844